CPMI DO INSS

Defensora: fraudes desde 2019

À comissão, coordenadora da DPU diz que descontos atravessaram governos e atingiam especialmente idosos de baixa renda

» ALÍCIA BERNARDES
» DANANDRA ROCHA

Andressa Anholete/Agência Senado

A defensora pública Patrícia Chaves disse que 95% dos casos analisados apresentaram irregularidades, como autorizações falsas ou viciadas

Em depoimento na CPMI do INSS, a defensora pública Patrícia Bettin Chaves relatou que os primeiros registros de fraudes em benefícios de aposentados e pensionistas datam de 2019, com crescimento acelerado nos anos seguintes. Segundo ela, os valores variavam de R$ 30 a R$ 90 e recaíam, especialmente, sobre populações mais vulneráveis, como idosos de baixa renda, indígenas, quilombolas e ribeirinhos.

Coordenadora da Câmara de Coordenação e Revisão Previdenciária da Defensoria Pública da União (DPU), Patrícia informou que 95% dos casos analisados apresentaram irregularidades, como autorizações falsas ou viciadas.

"O que se constatou é que os segurados não sabiam sequer quais serviços eram prestados. Muitos não reconheciam as entidades que apareciam nos extratos de desconto", disse. A defensora relatou que, até março de 2024, associações enviavam diretamente ao INSS os termos de adesão, sem filtros rigorosos, e que o instituto se limitava a cumprir a obrigação legal de processar os débitos, prevista no Artigo 115 da Lei de Benefícios.

As informações da defensora expuseram falhas sistêmicas de fiscalização no INSS. Muitos beneficiários só descobriam os descontos após a redução no valor recebido, confundindo-os com consignados contratados. Mais de 33 associações foram citadas em reclamações nos sistemas do consumidor.gov e do Fala.BR, parte delas conveniadas ao próprio INSS.

Patrícia destacou ainda que apenas em 2024 a DPU estruturou um grupo de trabalho para tratar do tema, em conjunto com o Ministério Público Federal (MPF), o Tribunal de Contas da União (TCU), a Controladoria-Geral da União (CGU) e o próprio INSS.

O depoimento também trouxe à tona os avanços recentes. Em março de 2024, o INSS editou a Instrução Normativa nº 162, que proibiu descontos associativos automaticamente no momento da concessão do benefício, autorizando-os apenas mediante biometria ou reconhecimento facial.

De acordo com Patrícia, a Defensoria pressionou por mudanças, inclusive para garantir que segurados pudessem cancelar cobranças pelo telefone 135. Ela lembrou ainda que o TCU determinou a revalidação de descontos anteriores à norma, decisão confirmada em maio passado.

A sessão também foi marcada por embate político. Parlamentares da base do governo responsabilizaram gestões anteriores pelo avanço das fraudes. O deputado Paulo Pimenta (PT-RS) afirmou que "houve explosão de entidades fantasmas e descontos sem autorização durante o governo Bolsonaro". O senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), líder do governo no Congresso, destacou que o vazamento de dados pessoais e o uso indevido da biometria foram decisivos para o esquema, lembrando que medidas de proteção chegaram a ser propostas em 2019, mas foram vetadas pelo então presidente Jair Bolsonaro. O parlamentar ressaltou que a suspensão dos descontos — determinada pela atual gestão, após a deflagração da Operação Sem Desconto, da Polícia Federal, em abril deste ano — poderia ter evitado parte das perdas, caso tivesse sido adotada anos antes.

A oposição, por sua vez, buscou responsabilizar a própria Defensoria. O senador Izalci Lucas (PL-DF) acusou a instituição de omissão diante de convênios irregulares com entidades como a Contag e o Sindinap, que concentraram 72% dos R$ 12,5 bilhões em descontos desde 2008. Patrícia rebateu as críticas, afirmando que a DPU questionou os acordos no Grupo de Trabalho Interinstitucional e atua em ações civis públicas. "A Defensoria apontou falhas e está habilitada nos processos. Cumprimos nosso papel institucional de defesa dos aposentados e pensionistas", sustentou.

As denúncias envolvendo populações indígenas também ganharam destaque. A senadora Damares Alves (Republicanos-DF) questionou como descontos e empréstimos consignados foram feitos em nomes de indígenas analfabetos e sem documentos. Patrícia confirmou que houve diversos casos e que os ressarcimentos vêm sendo feitos com base em acordo entre a DPU e o MPF.

» "Careca do INSS"

A CPMI aprovou uma série de requerimentos para aprofundar as investigações, incluindo a convocação de Antônio Carlos Camilo Antunes, conhecido como "Careca do INSS", apontado como lobista e intermediador das fraudes. O colegiado também solicitou informações a órgãos como Dataprev, Banco Central, Caixa Econômica Federal, TCU e CGU, além de examinar possíveis irregularidades no crédito consignado e no programa Meu INSS Vale+. A segunda parte da reunião, vedada à imprensa, foi reservada para ouvir o delegado Bruno Oliveira Pereira Bergamaschi, responsável pela Operação Sem Desconto.

Andressa Anholete/Agência Senado

O senador Randolfe Rodrigues enfatizou que as investigações só avançaram por iniciativa do atual governo

Depoimento "esclarecedor"

Após o primeiro dia de depoimentos na CPMI que investiga fraudes contra aposentados e pensionistas do INSS, o líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP), defendeu a condução dos trabalhos e reforçou que as investigações sobre o caso só avançaram porque o atual governo deu respaldo à Polícia Federal e à Controladoria-Geral da União (CGU).

Randolfe destacou o depoimento da defensora pública Patrícia Chaves, classificado por ele como "esclarecedor", ao apontar falhas na proteção de dados pessoais desde 2019. O senador afirmou que o esquema não começou na gestão de Luiz Inácio Lula da Silva, mas foi descoberto e desbaratado durante o atual governo. Ele também atribuiu a proliferação das fraudes a vetos e medidas provisórias assinadas pelo ex-presidente Jair Bolsonaro.

"Se em 2019 não tivesse havido veto a dispositivos que restringiam o uso de dados dos beneficiários do INSS, esse esquema não teria alcançado tais proporções. O que se fez na época foi abrir espaço para os criminosos", declarou.

> **Se em 2019 não tivesse havido veto a dispositivos que restringiam o uso de dados dos beneficiários do INSS, esse esquema não teria alcançado tais proporções. O que se fez na época foi abrir espaço para os criminosos"**
>
> ***Randolfe Rodrigues (PT-AP)***, líder do governo no Congresso

O líder do governo ainda lembrou que, após a operação da PF em maio de 2025, o INSS suspendeu imediatamente os descontos associativos, medida que, segundo ele, poderia ter evitado perdas aos segurados se tivesse sido adotada anos antes.

Questionado sobre o cronograma da CPMI, Randolfe disse que a comissão pretende ouvir dirigentes de associações, ministros da Previdência e presidentes do INSS de diferentes períodos. "Há diretores que atravessaram governos distintos e não tomaram medidas para suspender as fraudes. Precisamos entender por quê", afirmou. Ele defendeu também que o relator aprofunde apurações sobre o financiamento de campanhas eleitorais com recursos ligados às entidades investigadas.

O parlamentar rechaçou críticas da oposição e negou que o governo esteja temeroso em relação às investigações. "Neste governo, a Polícia Federal e o Ministério Público atuam de forma independente. Não vamos transformar a comissão em palanque eleitoral. A oposição busca um fio de cabelo para se desresponsabilizar. Nós queremos mostrar a cabeleira toda", enfatizou. (**AB**)